



## ANEXO V

### MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº \_\_\_\_/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALEGRE, POR MEIO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL **[NOME DA OSC]**

O MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.174.111/0001-35, com sede no Parque Getúlio Vargas, nº 01, Centro, Alegre - ES, doravante chamada ADMINISTRAÇÃO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Nemrod Emerick, brasileiro, casado, advogado, cadastrado no CPF nº 270.485.428-96, residente e domiciliado à Rua Gabriel Simão, nº 124 – térreo, bairro: Vila Alta, Alegre/ES, e de outro lado, a entidade denominada **XXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem finalidade lucrativa, localizada à Rua xxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu presidente xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado simplesmente **ENTIDADE PARCEIRA**, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, conforme chamamento público, através do Edital SEDER 003/2025 e, consoante com a Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 10.596/2017, de 10 de julho de 2017, conforme cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FINALIDADE:

1.1. O objeto do presente Termo de Colaboração com a finalidade de interesse público recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil para realização do **2º Concurso de Qualidade de Café de Alegre (arábica e conilon)**, por meio da aprovação no Edital SEDER 003/2025.

1.2. Será obrigatória a execução do Plano de Trabalho realizado pelas partes, que passa a fazer integrante deste Termo de Colaboração, não podendo dele se desvirtuar do objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DOTAÇÃO

2.1. Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme Edital SEDER 003/2025.

2.2. O valor global dos recursos públicos da parceria é de R\$ xxxxxxx (valor por extenso). A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

**Rua Antônio Lemos Júnior, s/n, Cibrazem – CEP 29.500-000 – Alegre/ES**  
**E-mail: agricultura@alegre.es.gov.br | Tel.: (28)3300-0104**



I - Unidade Orçamentária: [NÚMERO]

II - Programa de Trabalho: [NÚMERO]

III - Natureza da Despesa: [NÚMERO]

IV - Fonte de Recursos: [NÚMERO]

2.3. O empenho é de R\$ [INDICAR VALOR], conforme Nota de Empenho [NÚMERO/ANO/ÓRGÃO], emitida em [DATA], sob o evento no [NÚMERO], na modalidade [INDICAR].

### CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA

3.1. Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 06 (seis) meses.

### CLÁUSULA QUARTA - LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos da parceria serão repassados integralmente, em parcela única, à organização para execução do objeto.

4.2. A entidade receberá o valor em uma parcela única através de uma conta bancária específica, a ser aberta exclusivamente para este fim, e deverá prestar contas à Secretaria Executiva de Desenvolvimento Rural ao final da execução.

4.3. Não será da responsabilidade do Município a aplicação equivocada do recurso, respondendo os representantes da entidade beneficiária pelos danos que supostamente causarem ao erário.

### CLÁUSULA QUINTA – CONTRAPARTIDA

5.1. Não será exigida contrapartida da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES

São de responsabilidade do Município:

- 1- A fiscalização da execução do Plano de Trabalho, em datas e horários que houver por bem efetuar;
- 2- Efetuar o repasse pontual do recurso pactuado;
- 3- Solicitar a realização de reuniões com a OSC para quaisquer tipos de esclarecimentos que se fizerem necessários;
- 4- Disponibilizar por meio da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Rural, a orientação necessária para à fiel execução do Termo de Colaboração.



São de responsabilidade da Entidade Parceira, além daquelas já descritas:

- 1- Ofertar Serviços conforme projeto aprovado;
- 2- Aplicar os recursos estritamente em obediência ao que foi aprovado em seu projeto.
- 3- Apresentar relatórios de execução física financeira e prestar contas dos recursos recebidos, na forma prevista na lei 13.019/2014;
- 4- Prestar contas detalhada das atividades e valores executados por meio de relatório final à Secretaria Executiva de Desenvolvimento Rural dentro do prazo estimulado pela mesma.
- 5- Articular o desenvolvimento de seu projeto sem protagonismo político;
- 6- Permitir ao Município, por meio da Secretaria interveniente, ou aos poderes constituintes e responsáveis, a fiscalização de suas ações, seja a qualquer título, ou a qualquer momento em que for determinado, independentemente de aviso ou comunicação prévia;
- 7- Possuir sob sua guarda e responsabilidade os documentos fiscais e contábeis que originarem-se da aplicação dos recursos públicos recebidos.
- 8- Divulgar em todos os materiais utilizados nas ações financiadas com o recurso, a logomarca da Prefeitura Municipal de Alegre e Secretaria Executiva de Desenvolvimento Rural.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS**

**7.1.** A organização da sociedade civil obedecer às normatizações do Decreto Municipal nº 10.596/2017, de 10 de julho de 2017, seção II, Das compras e contratações e da realização de despesas e pagamentos.

**7.2.** A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho e o valor efetivo da compra.

**7.3.** Se o valor efetivo da compra for maior que o previsto no Plano de Trabalho, a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de relatório de Execução Financeira, que deverá ser apresentado ao final da execução do serviço.

**7.4.** A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá realizar pagamentos mediante crédito por transferência eletrônica ou depósito identificado, na conta bancária de titularidade dos fornecedores de bens.

**7.5.** A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA para fins de comprovação de despesas, deverá apresentar comprovantes fiscais ou recibos, observada a legislação tributária, contendo data, nome, endereço,



número de inscrição da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, CNPJ ou CPF do fornecedor, especificação do item, da quantidade, valor unitário, valor total do bem, atestado de recebimento do material.

#### **CLÁUSULA OITAVA - TITULARIDADE DE BENS**

**8.1.** Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da parceria serão de titularidade da OSC.

**8.2.** Não se consideram bens permanentes aqueles que se destinam ao consumo.

**8.3.** Os bens permanentes não poderão ser alienados, ressalvadas as previsões específicas deste instrumento sobre os bens inservíveis e sobre as situações posteriores ao término da parceria.

#### **CLÁUSULA NONA – DO GESTOR DA PARCERIA E DA COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

**9.1.** Os agentes públicos responsáveis pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, foram designados em Portaria do Município.

**9.2.** A Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, foram designados em Portaria do Município.

**9.3.** A Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento, não remunerado, de técnico especialista, servidor público ou não, para subsidiar seus trabalhos.

**9.4.** Em caso de afastamento, impedimento ou desligamento do gestor da Parceria ou de membros da comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação, compete à ADMINISTRAÇÃO designar substituto que possua qualificação igual ou equivalente.

**9.5.** A ADMINISTRAÇÃO promoverá por meio do gestor da parceria e da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução desta parceria, com objetivo de acompanhar e medir o desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidos.

**9.6.** O acompanhamento e fiscalização exercidos pela ADMINISTRAÇÃO não excluem, bem como não reduzem as responsabilidades da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA de acompanhar e supervisionar a equipe e as ações desenvolvidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - ATUAÇÃO EM REDE**



**10.1.** Não será possível a execução da parceria pela sistemática de atuação em rede prevista na Lei no 13.019/2014.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA**

**11.1.** A prestação de contas final desta parceria ocorrerá por meio da emissão de relatório simplificado de verificação, firmado pelo gestor da parceria e aprovado pelo administrador público, como procedimento simplificado previsto no § 3º do art. 63 da Lei Nacional no 13.019/2014, tendo em vista que o valor global da parceria é inferior a R\$ 200.000,00.

**11.2.** Caso o gestor da parceria considere que o relatório apresentado foi insuficiente para averiguar o cumprimento do objeto, poderá solicitar que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL apresente documentação capaz de demonstrar o alcance dos resultados na execução da parceria;

**11.3.** Caso a conclusão do relatório simplificado de verificação seja no sentido de que o objeto não foi cumprido ou de que há indícios de irregularidades que possam ter gerado danos ao erário, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será notificada para apresentar em até 90 (noventa) dias relatório de execução financeira, passando a ser adotado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, a partir desse momento processual, o procedimento regular relativo à prestação de contas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES**

**12.1.** A execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, com este instrumento, com o disposto na Lei Nacional nº 13.019/2014, no seu Regulamento ou nas disposições normativas aplicáveis pode ensejar aplicação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, garantida prévia defesa, das seguintes sanções:

**12.1.1.** advertência;

**12.1.2.** suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos; ou

**12.1.3.** declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

**12.2.** É facultada a defesa do interessado antes de aplicação da sanção, no prazo de dez dias a contar do recebimento de notificação com essa finalidade.

**12.3.** A sanção de advertência tem caráter educativo e preventivo e será aplicada quando





verificadas irregularidades que não justifiquem a aplicação de penalidade mais severa.

**12.4.** A sanção de suspensão temporária deverá ser aplicada nos casos em que verificada fraude na celebração, na execução ou na prestação de contas da parceria, quando não se justificar imposição da penalidade mais severa, considerando a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos.

**12.5.** As sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade são de competência exclusiva do Secretário Executivo de Desenvolvimento Rural.

**12.6.** Da decisão administrativa sancionadora cabe recurso administrativo, no prazo de dez dias, contado da data de ciência da decisão, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos da aplicação da penalidade.

**12.6.1.** No caso da sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

**12.7.** A situação de impedimento permanecerá enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja providenciada a reabilitação perante a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Rural, devendo ser concedida quando houver ressarcimento dos danos, desde que decorrido o prazo de dois anos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**13.1.** Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD 17 - Os partícipes deverão obedecer o previsto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO:**

**14.1.** Findo ou rescindido o presente Termo de Colaboração, e caso de existência de saldo de recursos, incluindo-se nestes os rendimentos de aplicações financeiras, obriga-se a Entidade Parceira em sua devolução de forma imediata aos cofres municipais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO DESCUMPRIMENTO**

**15.1.** Obriga-se a Entidade Parceira à restituir ao Município, devidamente corrigido, o valor transferido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto da avença;



- b) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas final;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste convênio
- d) nos casos em que couber, obriga-se a entidade à recolher à conta da Prefeitura o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO:**

**16.1.** Fica estabelecido que, caso entenda uma das partes pela rescisão do presente Convênio, a parte interessada deverá ser comunicada por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, inexistindo a possibilidade de pagamento de multas.

**16.2.** Em caso de verificação de negligência nos atos da Entidade Parceira na execução do presente, poderá a Entidade Contratante proceder à imediata suspensão do Termo de Colaboração, promovendo após a abertura de procedimento administrativo o direito a ampla defesa e contraditório, informando de forma imediata ao Representante do Ministério Público neste Município, que adotará as providências que entender necessárias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE**

**17.1.** A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 10 (dez) dias a contar da respectiva assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – TERMO ADITIVO:**

**18.1.** Não serão permitidos aditivos neste Termo de Colaboração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO:**

**19.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Alegre - ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Colaboração.

**19.2.** Assim, estando as partes em acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de idêntico teor.



Alegre (ES), xx de xxxx de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Presidente da Entidade

**Antônio Gustavo Favato Costa**  
Secretário Executivo de Desenvolvimento Rural

**Nemrod Emerick**  
Prefeito Municipal





**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 20/08/2025 09:16:29 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por EDLENE BARROS GONÇALVES (SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR - SEDER - PMAL)  
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-CHP5TH>